



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE - CONDEL/SUDENE

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano de 2025, às 16h, por meio de videoconferência, de forma presencial e remota, a 36ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL/SUDENE) foi conduzida pelo Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e Presidente substituto do Conselho, **Valder Ribeiro de Moura**, e secretariada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por intermédio do Superintendente e Secretário-Executivo do CONDEL/SUDENE, **Francisco Alexandre**. A reunião teve a participação dos (as) senhores (as) membros do Conselho: Excelentíssimos (as) Senhores (as): **Priscila Krause**, Vice-Governadora do Estado de Pernambuco; **Geraldo Júnior**, Vice-Governador do Estado da Bahia; **Lucas Ribeiro**, Vice-Governador do Estado da Paraíba; **Jade Romero**, Vice-Governadora do Estado do Ceará; **Prefeito Léio Barbosa**, Conselheiro representante da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP); **José Aldemir Freire**, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste (BNB); **Gustavo Lima Dias**, Conselheiro representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); **Antonio de Sousa Freitas**, Conselheiro representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC); **Isabel Pereira do Carmo**, Conselheira representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **José Robério Oliveira**, Conselheiro representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); **Ronildo Torres**, Conselheiro representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC). Os Ministérios que participaram na condição de ouvintes, foram o de Planejamento e Orçamento (Dorotea Blos e Gustavo José de Guimarães e Souza) e o de Gestão e da inovação em Serviços Públicos-MGI (Giselle Floriano Coelho, Ciclaire Rodrigues de Abreu e José Armando Fraga Diniz). Devido à ausência de seus titulares ou suplentes, foram representados na condição de ouvintes, o Governo do Piauí (Eduardo Speeden), o Governo do Maranhão (José João Serra) e a Confederação Nacional da Indústria (Júlia Maria Novaes Dias). A reunião contou ainda com a presença de diretores e assessores do MIDR, da SUDENE e do Banco do Nordeste (BNB). Realizados os credenciamentos dos conselheiros e os informes gerais, o Secretário-Executivo do MIDR e Presidente substituto do CONDEL, Valder Ribeiro de Moura, em nome do superintendente da SUDENE, Francisco Alexandre, cumprimentou a todos os conselheiros e conselheiras e deu as boas-vindas aos convidados. Agradeceu o engajamento, esforço e a dedicação de cada um que compõe o Conselho, que representam as mais distintas instituições, especialmente os governadores, prefeitos, setores produtivo, patronal e de trabalhadores, além dos órgãos federais. Destacou que a 36ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE seria a última reunião ordinária do ano de 2025. Havendo quórum regimental, o Superintendente Francisco Alexandre passou a palavra ao Presidente substituto do CONDEL, Senhor Valder Ribeiro de Moura, que declarou aberta a reunião. O Presidente substituto informou que a reunião estava sendo gravada e apresentou a ordem do dia, composta pelos seguintes itens: (I) alterações na programação do exercício de 2025 do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE; (II) aprovação do novo Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE; (III) aprovação das diretrizes e prioridades do FNE para 2026; (IV) aprovação das diretrizes e prioridades do FDNE para 2026; (V) aprovação da Programação Anual do FNE para 2026; e (VI) apreciação do Relatório Circunstanciado do FNE referente ao exercício de 2024. O Secretário-Executivo do CONDEL, Francisco Alexandre, apresentou contextualização inicial, esclarecendo que os quatro primeiros itens da pauta haviam sido previamente aprovados *ad referendum*, em razão de prazos legais e operacionais. Na sequência, o Coordenador de Gestão Institucional da SUDENE, Pablo Brandão, apresentou o primeiro item da pauta, referente às alterações na programação do exercício de 2025 do FNE, informando que as mudanças foram discutidas previamente em reuniões do Comitê Técnico

realizadas nos meses de junho e novembro de 2025. As alterações consistiram, principalmente, na exclusão de indicador de repasse que não refletia adequadamente o desempenho do Banco do Nordeste, em ajustes redacionais para maior clareza na programação do FNE 2025 e na inclusão de referência específica ao bioma Caatinga. Não havendo manifestações, o item foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. O segundo item da pauta tratou da aprovação do novo Regulamento do FDNE, em decorrência da revogação do Decreto nº 7.838, de 9 de novembro de 2012 e da edição do Decreto nº 12.129, de 2 de agosto de 2024, bem como da necessidade de adequação normativa para definição do fluxo de análise dos projetos do Fundo. Foi esclarecido que o novo regulamento manteve a essência das normas anteriores, promovendo simplificação de etapas com vistas à maior celeridade dos processos. Não havendo manifestações, o item foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Os terceiro e quarto itens da pauta, referentes às diretrizes e prioridades do FNE e do FDNE para o exercício de 2026, foram apreciados conjuntamente. Destacou-se o alinhamento dessas diretrizes com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE, com o monitoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com a Nova Indústria Brasil e com os projetos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Não havendo manifestações, ambos os itens foram submetidos à votação e aprovados por unanimidade. O quinto item da pauta consistiu na apresentação da Programação Anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE para o exercício de 2026, realizada por representante do Banco do Nordeste, Irenaldo Rubens Nunes Soares, Superintendente de Políticas de Desenvolvimento. Foi informado que a programação resulta de amplo processo de escuta, envolvendo consultas públicas, reuniões estaduais e articulação com entes governamentais e representações setoriais. Destacou-se que a estimativa de recursos disponíveis para 2026 é de R\$ 52,6 bilhões, representando crescimento aproximado de 11,1% em relação ao exercício anterior, com incremento significativo de recursos provenientes do retorno das operações de crédito. Disse que a distribuição dos recursos por estado manterá a proporção adotada em 2025, assegurando crescimento linear às unidades federativas, observados os limites normativos. Foram apresentados os principais setores beneficiados, com ênfase na agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços, turismo e infraestrutura, bem como a priorização dos portes prioritários, com previsão de cerca de R\$ 32,6 bilhões destinados a micro e pequenas empresas, pequenos produtores rurais e agricultura familiar. Ressaltou-se, ainda, a destinação mínima de 50% dos recursos ao semiárido, estimada em aproximadamente R\$ 25 bilhões, e a previsão de aplicação de 70% dos recursos em municípios prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. No âmbito territorial, foram destacadas as previsões de aplicação nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs e nas chamadas cidades intermediadoras, estratégia voltada à desconcentração do crescimento econômico das capitais. Quanto às alterações normativas propostas, foram destacadas: (i) a atualização da lista de exclusão, vedando a concessão de crédito a pessoas físicas ou jurídicas cujos dirigentes tenham sido condenados por violência contra pessoa idosa ou pessoa com deficiência; (ii) a ampliação do prazo das operações de comercialização rural pós-colheita, de até 120 para até 180 dias; (iii) a inclusão expressa da possibilidade de financiamento a negócios de impacto social e ambiental; e (iv) a aplicação da regra de conteúdo local a todos os portes, em conformidade com as diretrizes da Nova Indústria Brasil. Durante a apresentação, a conselheira Isabel Pereira do Carmo, representante da Conselheira representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), questionou se a vedação de crédito abrangeria também casos de condenação por violência contra a mulher. Em resposta, foi esclarecido que essa restrição já consta do normativo vigente, sendo a alteração proposta destinada exclusivamente à inclusão das hipóteses relativas à violência contra pessoa idosa e pessoa com deficiência. A conselheira declarou-se satisfeita com os esclarecimentos. Encerradas as manifestações, a Programação Anual do FNE para 2026 foi submetida à votação e aprovada por unanimidade, nos termos da Proposição nº 201/2025. O sexto item da pauta consistiu na apreciação do Relatório Circunstanciado do FNE referente ao exercício de 2024. O representante do Banco do Nordeste apresentou os principais resultados, destacando o volume de aplicações, o número de operações realizadas, a distribuição setorial e territorial dos recursos, bem como os impactos estimados sobre a produção, o emprego, a renda e a arrecadação tributária. Não havendo manifestações, o relatório foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Encerrada a ordem do dia, passaram-se aos assuntos gerais. Foram prestadas informações sobre o balanço da Chamada Nordeste, que teve seu resultado divulgado na cidade de Teresina (PI), bem como sobre a disponibilização, no sítio eletrônico da SUDENE, do relatório das principais atividades da Secretaria Executiva do CONDEL. Em seguida, foi apresentada proposta de calendário das reuniões do CONDEL para o ano de 2026, com previsão para os dias 27 de março, 3 de junho, 13 de agosto e 1º de

dezembro, a qual foi submetida à apreciação e aprovada por unanimidade, juntamente com as datas previstas para o comitê técnico (15 dias antes da reunião do CONDEL). Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente substituto agradeceu a presença de todos os Conselheiros, desejou boas festas e declarou encerrada a 36ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE. A Secretaria-Executiva do CONDEL informou que as discussões e as apresentações proferidas estão gravadas e disponíveis aos Conselheiros. O registro de presença dos Conselheiros constitui parte integrante desta Ata.

Valder Ribeiro de Moura
Secretário-Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Presidente do CONDEL

Francisco Alexandre
Superintendente da SUDENE
Secretário-Executivo do CONDEL



Documento assinado eletronicamente por **Valder Ribeiro de Moura, Usuário Externo**, em 10/03/2026, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Ferreira Alexandre, Superintendente**, em 19/03/2026, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0896468** e o código CRC **24A110EC**.